


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012703-38.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Cartão de Crédito**
 Requerente: **Banco Bradesco Cartões S.A.**
 Requerido: **Comercial Lucadi Materiais para Construção Ltda - Me**

Juiz de Direito: Dr. **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Banco Bradesco Cartões S/A propôs Ação de Cobrança em face de **Comercial Lucadi Materiais para Construção LTDA-ME**. Alega que firmou contrato com a requerida, a qual solicitou os serviços de cartão de crédito, bandeira VISA - BNDES, não tendo, entretanto, arcado com as suas obrigações, deixando de quitar as faturas lançadas no referido cartão, mantendo-se inadimplente no valor de R\$86.139,13. Requereu a citação da ré para quitação do débito bem como a procedência da ação.

Com a inicial vieram os documentos de fls.08/60.

A requerida, devidamente citada (fl.66), manteve-se inerte.

É o relatório.

Fundamento e Decido.

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com um conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

Trata-se de ação de cobrança que o Banco autor interpôs em face da parte ré, diante do inadimplemento quanto as despesas do cartão de crédito contratado.

Conquanto regularmente citada, a ré não respondeu à demanda dentro do prazo que lhe foi conferido e tampouco purgou a mora. Assim, deve se submeter aos efeitos da revelia, nos termos do art. 344, do CPC. *In verbis*: "Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor".

Ficando incontroversos os fatos alegados na petição inicial, resta apenas a análise



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

quanto ao direito do autor, o que deve ser feito, já que a revelia não induz, necessariamente, à procedência.

Fica devidamente comprovada a relação jurídica entre as partes com os documentos juntados às fls. 23/48, 50/52 Os extratos foram emitidos em nome da ré, sendo que constam inúmeros lançamentos, aparentemente em aberto. A falta de contrato não tem implicação alguma, visto que a ação é instruída com extratos e faturas que comprovam a utilização do cartão bem como da evolução do débito, sendo o que basta.

Neste sentido se posiciona o E. Tribunal de Justiça:

Apelação - Ação de cobrança de débitos de cartão de crédito Não apresentação nos autos do contrato assinado pelo devedor/apelado Desnecessidade Faturas enviadas mensalmente ao domicílio do réu com a discriminação de valores, taxas e juros suprem referida necessidade Sentença reformada Recurso provido. (TJSP- APL 00041580820078260082. 37ª Câmara de Direito Privado. Relator Pedro Kodama. Julgamento 5 de Março de 2013. Publicação 05/03/2013)

A empresa ré teve a oportunidade de se defender, caso a realidade fosse diversa da apresentada pelo autor, no entanto, se manteve inerte e não veio aos autos para explicitar outra versão dos fatos. Havendo alegação de inadimplemento, competia à ré a prova do pagamento das prestações, já que inviável ao autor fazer prova negativa de que estas não foram pagas, o que deixou de fazer.

Desta forma, sendo a requerida revel, e não havendo prova de purgação da mora, incontroversa resta a inadimplência. Assim, a procedência é de rigor.

Planilha de cálculo apresentada à fl. 07, sendo que o valor do débito encontra-se pormenorizado às fls.50/52, último extrato apresentado, com vencimento em 15/04/2016, perfazendo o montante de R\$86.139,13, sendo que, à falta de impugnação quanto ao valor imputado, este será tido como verdadeiro. Cabível a incidência de multa de 2%, comum aos contratos bancários, juros e correção monetária. Os honorários advocatícios estão compreendidos nas verbas de sucumbência, e são determinados quando da prolação da sentença, não havendo razão para se acrescentar tal valor ao débito. A correção monetária se dará a partir de cada vencimento e os juros de mora desde a citação.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTES** os pedidos iniciais, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil para condenar o réu ao pagamento de R\$86.139,13. Os valores deverão ser corrigidos monetariamente desde a data de cada vencimento, de acordo com a tabela prática do TJSP, além da incidência de juros moratórios de 1% ao mês desde a citação.

Vencido o réu arcará com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação.

Com o trânsito em julgado, querendo, o autor deverá apresentar planilha atualizada de seu crédito e requerer, no prazo de 30 dias, o início da fase de cumprimento de sentença, nos moldes do art. 523 e 524 do NCPC, classificando a petição como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Apresentado o requerimento os autos irão para a fila - processo de conhecimento em fase de execução. Nada sendo requerido, encaminhem-se os autos ao arquivo, sem prejuízo de posterior desarquivamento, a pedido da parte.

P.I.

São Carlos, 17 de fevereiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**